

## LÍNGUA COMO FATOR DA IDENTIDADE: UMA ANÁLISE DO VALOR DA LÍNGUA GUINEENSE PARA O ENSINO DA GUINÉ-BISSAU

Vanessa Rodrigues Fuma<sup>1</sup>

Orientadora: Eliana Márcia dos Santos Carvalho<sup>2</sup>

**Resumo:** A língua é um elemento essencial na construção da identidade cultural de um povo. Na Guiné-Bissau, a língua guineense, também conhecida como crioulo guineense, constitui a língua materna de grande parte da população, enquanto o português, adotado como língua oficial e de ensino, tornou-se símbolo de prestígio social. Considerando esse contexto sociolinguístico, este artigo tem como objetivo analisar a importância da língua guineense como fator de identidade nacional, sua resistência no ensino da Guiné-Bissau e as implicações dessa dinâmica para a cultura e a identidade do povo guineense. Para a realização do estudo, adotou-se uma abordagem qualitativa, com método bibliográfico e pesquisa documental, de caráter descritivo e explicativo, fundamentada em autores que dialogam com a temática. Os resultados indicam que a resistência à inclusão da língua guineense no ensino decorre de múltiplos fatores, entre os quais se destacam a herança colonial, a ausência de políticas linguísticas eficazes e o não reconhecimento da língua guineense como patrimônio cultural e elemento constitutivo da identidade nacional. Conclui-se que a valorização e a inserção da língua guineense no sistema educacional são fundamentais para a preservação da identidade cultural guineense e para a promoção de uma educação mais inclusiva e representativa no país.

**Palavras-chave:** Língua guineense, Identidade, Ensino, Guiné-Bissau.

---

<sup>1</sup> Licenciada do curso de Letras Língua-Portuguesa pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade – PPGELS. E-mail: [rodriguesfevanessa@gmail.com](mailto:rodriguesfevanessa@gmail.com).

<sup>2</sup> Professora Titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - DCH - PPGELS e Letras/Inglês-Campus VI - Caetitê - BA. E-mail: [ecarvalho@uneb.br](mailto:ecarvalho@uneb.br).



## INTRODUÇÃO

A língua é mais do que um simples instrumento de comunicação; ela constitui um elemento essencial na formação da identidade individual e coletiva. Por meio da língua, os sujeitos expressam pertencimento, memória, valores e visões de mundo, construindo significados que os conectam à sua história e à sua comunidade. Assim, como apontam Hall (2004) e Bourdieu (1991), a língua é também um espaço simbólico de poder e resistência, no qual se refletem as dinâmicas sociais, culturais e políticas. Em contextos pós-coloniais, como o da Guiné-Bissau, compreender a língua como fator de identidade implica analisar as tensões entre o prestígio da língua oficial e o valor cultural das línguas locais, frequentemente marginalizadas pelas políticas linguísticas e educacionais.

A Guiné-Bissau, localizada na região Oeste da África, possui uma área de 36.125 km<sup>2</sup>, dividida em oito regiões (Bafatá, Biombo, Bolama-Bijagós, Cacheu, Gabú, Oio, Quínara e Tombali) e um setor autônomo, o da capital, Bissau. O país se destaca por sua diversidade étnica, cultural e linguística: são faladas mais de vinte línguas étnicas, entre elas as dos grupos Fula, Balanta, Papel, Mandjaco, Mancanha, Mansonca, Biafada, Mandinga, Nalú, Séraculé, Felupe e Bijagó, entre outros. Além dessas, coexistem o português e a língua guineense (crioulo), sendo esta última o principal meio de comunicação entre os diferentes grupos, por exercer uma função unificadora em um país multilíngue e multicultural.

Apesar de sua relevância social, a língua guineense ocupa posição secundária diante do português, reconhecido como língua oficial e de prestígio, conforme estabelece a Lei nº 7/2007, de 12 de novembro, em seu artigo 2º. Essa hierarquização linguística é herança direta do processo colonial português, que instituiu a língua europeia como símbolo de status e poder. O português da Guiné-Bissau, no entanto, é falado por uma parcela reduzida da população, o que torna sua predominância no sistema educacional um desafio tanto pedagógico quanto identitário.

A imposição de línguas coloniais em sociedades africanas multilíngues cria relações desiguais de poder entre grupos sociais, comprometendo o reconhecimento das línguas autóctones e a valorização das identidades locais. Ponso (2017, p. 189) destaca que a predominância das línguas coloniais reflete conflitos entre grupos centrais e periféricos, provocando a erosão de identidades étnicas, a perda de valores culturais e a marginalização dos falantes das línguas nacionais. Nesse contexto, a resistência da língua guineense assume papel fundamental na preservação da identidade cultural e na afirmação de uma consciência nacional.



Dessa forma, este trabalho tem como objetivo geral analisar o valor da língua guineense como fator de identidade nacional e sua resistência no ensino da Guiné-Bissau, discutindo suas implicações para a cultura e a identidade do povo guineense. Os objetivos específicos consistem em: (a) examinar a evolução da política linguística na Guiné-Bissau e as razões da resistência à inserção da língua guineense no ensino; (b) analisar as implicações dessa resistência na construção da identidade e da autoestima dos alunos; e (c) refletir sobre as possibilidades de valorização da língua guineense como elemento de inclusão e reconhecimento cultural.

A relevância desta pesquisa está em compreender como as políticas linguísticas influenciam a formação identitária e o processo educativo na Guiné-Bissau. O estudo também busca contribuir para o debate sobre o papel das línguas nacionais na construção de uma educação mais inclusiva e democrática, propondo a valorização da língua guineense e a implementação de uma educação bilíngue que promova o sucesso escolar e o fortalecimento da identidade cultural guineense.

## **METODOLOGIA**

No que se refere à natureza e ao delineamento do estudo, foi adotada a abordagem qualitativa, com o procedimento bibliográfico e documental, por se adequar aos objetivos propostos e possibilitar uma análise teórica e reflexiva sobre o tema investigado. De acordo com Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa qualitativa não se preocupa com aspectos numéricos, mas com a compreensão de fenômenos sociais e culturais que não podem ser quantificados, priorizando a explicação das dinâmicas das relações e significados presentes na realidade estudada. Nesse sentido, essa abordagem permitiu articular diferentes estudos e reflexões teóricas em uma análise integrada sobre o objeto da pesquisa.

A pesquisa também se baseou em fontes documentais, que, conforme Fonseca (2002, apud Gerhardt; Silveira, 2009), englobam materiais diversos ainda não tratados analiticamente, como tabelas estatísticas, relatórios, documentos oficiais, jornais, revistas, cartas, filmes, fotografias e outras formas de registro que contribuem para a construção do objeto de estudo. Essa estratégia possibilitou reunir diferentes evidências e informações dispersas, oferecendo uma visão mais ampla sobre o valor da língua guineense no contexto educacional e identitário da Guiné-Bissau.

Quanto aos objetivos, o estudo caracteriza-se como exploratório e descritivo. Para Gerhardt e Silveira (2009, p. 67), a pesquisa exploratória “busca uma abordagem do



fenômeno pelo levantamento de informações que poderão levar o pesquisador a conhecer mais a seu respeito”. Esse tipo de pesquisa possibilitou identificar e compreender os fatores, explícitos e implícitos, que determinam o valor da língua guineense como fator de identidade nacional, bem como sua resistência no ensino e suas implicações para a cultura e a identidade do povo guineense.

Por sua vez, a pesquisa descritiva, segundo Godoy (1995), contribui para a análise detalhada de fenômenos sociais, permitindo caracterizar e compreender suas especificidades. Assim, esse método auxiliou na descrição das principais características do objeto investigado, oferecendo subsídios para a compreensão da relação entre língua, identidade e educação no contexto guineense.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Nesta seção, discutem-se os principais pontos que norteiam os objetivos desta pesquisa. As abordagens apresentadas estão fundamentadas em estudos que dialogam diretamente com a temática proposta. Nesse sentido, a seção foi dividida em dois tópicos, a fim de articular e discutir, de forma mais específica e coerente, cada aspecto relevante do tema, preservando a integridade e o sentido das ideias.

## **POLÍTICAS LINGUÍSTICAS NA GUINÉ-BISSAU E SUA EVOLUÇÃO AO LONGO DA HISTÓRIA**

A Guiné-Bissau apresenta uma grande diversidade linguística, com mais de vinte línguas étnicas faladas no país, além do português e da língua guineense (crioulo). Essa pluralidade cria um contexto educacional e social complexo, no qual a implementação de políticas linguísticas enfrenta desafios significativos. Historicamente, essas políticas têm sido influenciadas por fatores coloniais, refletindo a persistência da colonialidade na sociedade guineense e condicionando a valorização de algumas línguas em detrimento de outras.

No que se refere à formulação de políticas linguísticas, Spolsky (2004) apresenta uma perspectiva abrangente, defendendo que tais políticas refletem não apenas escolhas administrativas, mas também interesses sociais, políticos e culturais. Nesse sentido, Ponso (2017, p. 191-192) argumenta que, apesar do histórico de opressão cultural e linguística associado à colonização, as línguas coloniais podem contribuir para processos de renacionalização e comunicação em contextos globais, enquanto a não consideração da heterogeneidade linguística compromete a unidade e a inteligibilidade nacional.



O Decreto nº 7/2007, de 12 de novembro, oficializa a língua portuguesa na educação e nas instituições públicas da Guiné-Bissau, justificando-a como patrimônio histórico e cultural compartilhado entre os países africanos de língua portuguesa. No entanto, essa oficialização privilegia a língua de ex-colônia e limita o reconhecimento das línguas locais, particularmente a língua guineense, usada como língua franca em contextos familiares, feiras, mercados e no djumbai ou mandjuandade. Tal hierarquia linguística reproduz desigualdades sociais e educativas, especialmente nas zonas rurais, onde predominam falantes de línguas étnicas e há menor domínio do português.

Durante o período colonial, a política linguística dividia a população entre assimilados e não assimilados (Abdula, Timbane e Quebi, 2017). Os assimilados renegavam suas culturas e línguas, aproximando-se da cultura europeia, enquanto os não assimilados eram marginalizados por não falar português. Embora a sociedade guineense contemporânea não reproduza integralmente essa lógica, o domínio do português ainda confere prestígio e simboliza status social, refletindo a continuidade histórica do poder simbólico da língua.

O português, como única língua oficial, gera desafios significativos para o ensino, considerando que a língua guineense é falada por aproximadamente 90,4% da população (INE, 2009, p. 36). Esse cenário compromete o acesso à educação de qualidade, especialmente nas zonas rurais, reproduzindo exclusão social e educativa. Firmino (2015, p. 8), ao analisar o contexto moçambicano, observa que a oficialização do português favorece camadas urbanas e escolarizadas, enquanto marginaliza comunidades rurais e mulheres, situação análoga à encontrada na Guiné-Bissau.

A Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (UNESCO, 1996, art. 29, inciso 1) estabelece que todos têm direito ao ensino na língua própria do território em que residem. Na Guiné-Bissau, esse direito é violado, evidenciando a necessidade de políticas linguísticas que reconheçam e valorizem a diversidade linguística local. Para Ponso (2017), a escolha não é entre línguas coloniais ou nativas, mas sim reconhecer o papel de ambas: as línguas coloniais asseguram acesso ao mercado de trabalho e bens culturais, enquanto as línguas nativas preservam a identidade étnica, os vínculos familiares e os valores tradicionais.

Nesse contexto, a análise de Bourdieu (1991) se mostra relevante, ao demonstrar como a língua funciona como instrumento de poder simbólico, legitimando posições sociais e reforçando desigualdades. A marginalização da língua guineense evidencia não apenas a persistência do colonialismo linguístico, mas também o impacto das políticas linguísticas sobre a identidade nacional e a coesão social, ressaltando a urgência de estratégias educativas



que promovam inclusão e valorização cultural.

### **A LÍNGUA GUINEENSE NA IDENTIDADE CULTURAL E NACIONAL**

Para compreender a importância da língua na construção da identidade cultural de um povo, é fundamental considerar não apenas os conceitos de língua, cultura e identidade, mas também a forma como essas relações foram historicamente construídas. Estes elementos estão intrinsicamente ligados, pois não existe povo sem sua língua; ela é central para a preservação de valores, tradições e formas de expressão cultural, funcionando tanto como meio de comunicação quanto como marcador de pertencimento social.

Como destaca Hall (2004, p. 149), a formação da cultura nacional durante a modernidade contribuiu para criar padrões de alfabetização universais, consolidou uma língua dominante como meio de comunicação em toda a nação e estabeleceu instituições culturais, como os sistemas educacionais. Compreender essas origens históricas permite perceber por que certas línguas, como o português na Guiné-Bissau, mantêm prestígio e hegemonia, enquanto línguas autóctones, como a guineense, embora centrais para a vida cotidiana e para a identidade cultural, ainda enfrentam marginalização.

A compreensão dessa construção histórica se articula com a ideia de Hall sobre a narrativa da nação. Segundo o autor (2004, p. 50-51):

As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um discurso — um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos. As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre ‘a nação’, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas.

Essa perspectiva evidencia que a construção da identidade nacional envolve narrativas compartilhadas que conectam passado e presente e orientam o sentimento de pertencimento. No contexto da Guiné-Bissau, a língua guineense desempenha papel central nessas narrativas, funcionando como veículo de transmissão de memórias, histórias e valores culturais. Embora a língua portuguesa seja a oficial e de prestígio, a língua guineense mantém-se como instrumento vital de coesão social e de expressão da identidade cultural cotidiana, refletindo as múltiplas fronteiras e vivências de um povo que se reconhece por meio de sua língua e de sua história.

Essa compreensão histórica se complementa com a perspectiva de Bakhtin (1998),



que enfatiza que a cultura não é um espaço fixo ou delimitado, mas se manifesta continuamente nas fronteiras das práticas sociais e nos atos cotidianos. Cada expressão cultural vive nesses limites e depende dessa interação constante para manter seu significado e relevância; fora dessas fronteiras, perde força e se torna descontextualizada. Aplicando essa ideia à língua guineense, percebe-se que ela não é apenas um instrumento de comunicação, mas um espaço vivo de significados, atravessando contextos sociais, históricos e culturais, sendo essencial para a preservação da identidade e coesão da sociedade guineense.

Na Guiné-Bissau, a língua guineense é vista como um símbolo da unidade nacional, funcionando quase como um elemento que unifica a nação. Embalo (2008) já havia comprovado que a língua guineense é a língua “franca” do país. Apesar de não existir uma política linguística oficial do Estado para regulamentar seu uso, a língua guineense é amplamente utilizada por artistas, músicos e pela população em geral para expressar sentimentos, elogiar ou criticar, reforçando sua importância cultural e social.

Essa centralidade da língua guineense na vida cotidiana e na construção da identidade nacional pode ser compreendida à luz das reflexões de Hall (2004, p. 50-51), que destaca que as culturas nacionais produzem sentidos sobre “a nação” por meio de símbolos e representações que conectam passado e presente, construindo identidades. Assim, mesmo sem oficialização, a língua guineense atua como um território da representatividade vivo, transmitindo memórias, histórias e valores que consolidam a coesão social e cultural do povo guineense.

No entanto, apesar de todo o valor cultural e da identidade nacional expressos pela língua, ela ainda permanece marginalizada e rotulada como simples “crioulo”. Djaló (2023, p.64) afirma:

No que concerne à origem das línguas em África, principalmente, as línguas que emergiram mais recentemente (nos últimos séculos), denominadas genericamente de “crioulas”, ainda pouco se sabe e os estudos que tratam da temática nem sempre são pautados em um viés puramente linguístico, sendo permeados por uma visão sócio histórica e geográfica, que reúne essas formas de comunicação sobre rótulos generalizantes e carregados de preconceito.

Verifica-se que o autor destaca a visão “sócio-histórica e geográfica” que permeia os estudos sobre as línguas crioulas, a qual pode levar a generalizações e estereótipos, em vez de uma compreensão mais aprofundada e detalhada das línguas e culturas africanas. Para evitar esses preconceitos, é necessária uma abordagem mais respeitosa e preservadora, capaz de contribuir para a valorização da língua guineense. Entretanto,



acredita-se que este preconceito tem suas influências por razões coloniais. Sobre isso, os autores confirmam:

Desta forma, a ideologia colonial cimentou no seio dos africanos a sonegação à sua própria língua, ou melhor, a sua própria identidade. A mesma ideologia continua se verificando nos dias de hoje em todos os PALOP. Em muitas escolas, ainda há professores que proíbem que seus alunos falem as línguas africanas. Quando um aluno fala sua língua materna na escola ou em sala de aula, os professores punem – comportamento e atitude herdados no sistema colonial. (ABDULA; TIMBANE; QUEBI, 2017, p. 31).

Observa-se que essa ideologia permanece presente na sociedade guineense. O português, como única língua oficial, perpetua a colonialidade e é valorizado como superior às demais línguas do país. Contudo, a falta de reconhecimento da língua guineense reforça ainda mais essa hierarquia linguística, contribuindo para sua marginalização, mesmo sendo central na comunicação cotidiana e na preservação da identidade cultural.

Nas ponderações de Virginia Cá (2015), a autora sugere que a educação bilíngue pode ser uma solução eficaz para os desafios linguísticos da Guiné-Bissau. As escolas bilíngues demonstram que não é adequado restringir o conhecimento dos estudantes exclusivamente ao ensino da língua oficial. Pelo contrário, é fundamental que o processo de ensino-aprendizagem contemple tanto a língua nacional quanto a língua oficial, garantindo maior inclusão, compreensão e sucesso acadêmico dos alunos. Nesse sentido, Almeida Filho (2002) reforça que o ensino das línguas deve valorizar o repertório linguístico dos estudantes, reconhecendo a língua materna como ferramenta de aprendizagem e de desenvolvimento cognitivo. Para o autor, ignorar a língua nativa compromete tanto a aquisição de conhecimento quanto a construção da identidade cultural e social do aluno, tornando o ensino menos significativo e distante da realidade dos estudantes.

Portanto, é importante ressaltar que não se trata de negar a relevância do português no contexto guineense, reconhecendo seu papel na integração internacional e no acesso a oportunidades globais. No entanto, o ensino exclusivo do português não é suficiente para conectar os alunos à sua própria realidade sociocultural e histórica. A valorização da língua guineense no sistema educacional representa uma medida estratégica de fortalecimento da identidade nacional, de preservação cultural e de promoção da equidade, garantindo que os estudantes se reconheçam em sua própria língua enquanto se preparam para interações no plano nacional e internacional.





## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O panorama histórico e sociolinguístico da Guiné-Bissau revela que a herança colonial portuguesa continua a influenciar profundamente a política linguística do país, especialmente no âmbito educacional. O ensino da língua portuguesa, ainda como única língua oficial, não reflete a realidade multilíngue da população e contribui para a marginalização das línguas locais. Essa situação reforça hierarquias linguísticas herdadas da colonização, limitando o acesso dos alunos ao conhecimento e à valorização de sua própria cultura.

A língua guineense, embora não seja oficial, desempenha papel central na comunicação cotidiana, na preservação de valores culturais e na construção da identidade nacional. Sua presença nas interações sociais e artísticas evidencia seu valor simbólico, sendo fundamental reconhecer e integrar essa língua ao sistema educacional. Para isso, políticas educacionais bilíngues podem ser uma solução estratégica, promovendo a inclusão dos alunos e o fortalecimento da identidade cultural.

A implementação de práticas bilíngues exige ações concretas, como a produção de materiais pedagógicos na língua guineense, a capacitação de professores e o desenvolvimento de programas que contemplem tanto a língua nacional quanto o português. Essa abordagem não apenas contribui para o sucesso acadêmico dos alunos, mas também reconhece e respeita a diversidade linguística e cultural do país, promovendo uma educação mais equitativa e contextualizada.

Portanto, a valorização da língua guineense no ensino não se configura como uma oposição ao português, mas como um instrumento para fortalecer a aprendizagem, a cidadania e a identidade nacional. Ao reconhecer a riqueza linguística e cultural do país, é possível construir uma sociedade mais inclusiva, capaz de integrar o conhecimento escolar às experiências e à realidade dos estudantes.

## REFERÊNCIAS

ABDULA, Rajabo Alfredo Mugabo; TIMBANE, Alexandre António; QUEBI, Duarte Olossato. As políticas linguísticas nos PALOP e o desenvolvimento endógeno. *Revista Internacional em Língua Portuguesa*, n. 31, p. 21-44, 2017.

ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes de. *Dimensões comunicativas no ensino de línguas*. 6. ed. Campinas: Pontes Editores, 2002.

BAKHTIN, M. *Questões de Literatura e de Estética: a teoria do romance*. Trad.



Aurora Fornoni Bernadini, José Pereira Junior, Augusto Góes Júnior, Helena Spryndis Nazário, Homero Freitas de Andrade. 4 ed. São Paulo: Editora Unesp, Hucitec, 1998.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1991.

CALAFORRA, G. Lengua y poder en las situaciones de minorización lingüística. Disponível em: <http://www.uv.es/calaforr/CursColonia.pdf>.

CA, Virginia Jose Baptista. Língua e ensino em contexto de diversidade linguística e cultural: o caso de Guiné-Bissau. 2015.

DJALÓ, Mamadú Saliu. Plenitude e funcionalidade da língua Guineense: um estudo sociolinguístico sob a perspectiva dos usuários. 2023.

GERHARDT, Tatiana Engel & SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de pesquisa. 1ª ed. Editora da UFRGS, 2009.

FIRMINO, Gregório. Diversidade linguística e desenvolvimento nacional: questões sobre política linguística em Moçambique. Revista Científica da UEM: Série Letras e Ciências Sociais, v. 1, n. 1, 2015.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas Possibilidades. São <https://www.scielo.br/j/tla/a/MvzjfZ35mKhnXHjWW5W7rMk/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 30 jun. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, Recenseamento geral de população e habitação Guiné-Bissau: Línguas faladas por sexo. Bissau, 2009. Disponível em: <<http://www.statguinebissau.com/publicacao/deficientes.pdf>>. p. 19-105.

HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 9 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

PONSO, Cao Letícia. Situação Minoritária, População Minorizada, Língua Menor: uma reflexão sobre a valoração do estatuto das línguas na situação de contato: 2017, P.1

República da Guiné-Bissau, Boletim Oficial, 12 de novembro de 2007. UNESCO. (1996).

UNESCO. (1996). Declaração Universal Dos Direitos Linguísticos. **Linguagem, Revista eletrônica de popularização científica em ciências da linguagem**. Disponível em: [http://www.ufscar.br/lin\\_guasagem/edicao03/quemsomos.php](http://www.ufscar.br/lin_guasagem/edicao03/quemsomos.php). Acesso em: 16 mar. 2021.

